



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

4213

Presidente da Mesa Diretora: Ivan José Lopes

Espécie: Veto

Categoria: Retirados de pauta, rejeitados, derrubados, sobrestados

Autoria: Executivo Municipal

Data: 15/01/1996

Descrição Sumária: VETO AO PROJETO DE LEI Nº 74/95. (REJEITADO). Acrescenta dispositivos à Lei nº 2.101, de 14/01/1993, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social Municipal, Instituto Municipal dos Servidores Públicos de Montes Claros – PREVMOC. (Veto do Poder Executivo rejeitado pela Câmara em 30/01/1996).

Controle Interno – Caixa: 02

Posição: 07

Número de folhas: 03

Espécie: Veto
Categoria: Pendentes
Cx: 02
Ordem: 07
nº fls: 01



Câmara Municipal de Montes Claros

PROTOCOLO DE ORIGEM	ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA:
Nº _____	ASSESSOR:
DATA ____/____/____	PROJETO:
	NÚMERO:

VETO

Prefeito Municipal
AUTOR: _____

ASSUNTO:

Veto ao Projeto de Lei que acrescenta dispositivos à
Lei 2.101/93, que dispõe sobre a organização da Pre-
vidência Municipal de Montes Claros.

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 15.01.96
- 2 à Comissão Especial em
- 3 REJEITADO - 30.01.96
- 4 COMUNICAÇÃO AO PREFEITO - 31-01-96
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10

Caixa

PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG

Administração União do Povo

Montes Claros, 15 de janeiro de 1996

OFÍCIO Nº: GP/012/95

ASSUNTO: Encaminhamento de Veto - FAZ

SERVIÇO: Gabinete do Prefeito

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos dispostos em nossa Lei Orgânica, decidi vetar integralmente o Projeto de Lei que acrescenta dispositivos à Lei nº 2.101/93.

O inconformismo deste Executivo atem-se a razões de inconstitucionalidade.

Nos termos do artigo 201, "caput" e § 1º, da Constituição Federal, "... os planos de previdência social mediante contribuição, atenderão nos termos da lei, a pensão por morte de segurado", dispondo o referido § 1º que qualquer pessoa poderá participar dos benefícios da previdência social, mediante contribuição.

A contribuição até hoje efetuada pelos pensionistas é constitucional e devida ao Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros, sendo necessária ao custeio dos benefícios por eles percebidos, sendo descabida a restituição prevista no artigo 2º do diploma legal ora vetado na íntegra.

Estas, senhor presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, que ora submeto à elevada apreciação desse Egrégio Colegiado.

Montes Claros, 15 de janeiro de 1996



Athos Avelino Pereira
Prefeito em Exercício de
Montes Claros

Exmo. Sr.
Vereador **Benedito Paula Said**
DD. Presidente da Câmara Municipal
Montes Claros - MG

Recebi
Em 15/01/96
Ple Gams.


Excmo,
Sr. Juiz
Helder

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS		
A COMISSÃO DE <u>ESPECIAL</u>		
EM <u>15</u> DE <u>JANEIRO</u>	DE 19 <u>76</u>	
_____ PRESIDENTE		

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS		
REJEITADO EM _____ DISCUSSÃO POR _____		
EM <u>30</u> DE <u>Janeiro</u>	DE 19 <u>76</u>	
_____ PRESIDENTE		

Discordamos frontalmente do veto oposto ao projeto em tela, invocando a const. Federal no seu artigo 195- "caput" e a lei municipal 2101/73.

O artº 201 da CF não se refere em absoluto ao presente caso.

Falha portando a assessoria jurídica na interpretação da lei e o executivo municipal pela inexistência demonstrada. Assim pela derrubada do veto.

Edmundo N. M.
